

BANDUNG, NÃO ALINHADOS E MÍDIA: O PAPEL DA REVISTA “CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO” NO DIÁLOGO SUL-SUL

Beatriz Bissio¹

Introdução

Fundada em 1974, na Argentina, e relançada posteriormente no México (1976), em Portugal e África (1978), e também no Brasil (1980), a revista “Cadernos do Terceiro Mundo” desenvolveu mais de trinta anos de intensa atividade jornalística, cobrindo a temática internacional a partir da ótica de cientistas políticos, jornalistas e lideranças dos países do Sul.

O ineditismo de sua proposta editorial e a abrangência de sua cobertura fez com que ela se tornasse referência obrigatória, por décadas, para estudos políticos, históricos e de relações internacionais nos meios acadêmicos do Terceiro Mundo e nos movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais humanitárias, grupos de direitos humanos, ecologistas e foros internacionais de diversa índole. Seus jornalistas entrevistaram lideranças do porte de Nelson Mandela, Fidel Castro, Rigoberta Menchú, Omar Torrijos, Velasco Alvarado, Yasser Arafat, Muammar Khadafi, Saddam Hussein, Samora Machel, Agostinho Neto, Julius Nyerere, Sean MacBride, entre outros. Por ter circulado em espanhol, português e inglês na América Latina, África, Oriente Médio e parte da Ásia, ela desempenhou um papel *sui generis* de promotora do diálogo Sul-Sul.

Uma Experiência Pioneira, Inspirada na Proposta da NOII

A revista “Cadernos do Terceiro Mundo” nasceu como consequência direta do exílio de milhares de lideranças políticas e sindicais, de profissionais

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IFCS/UFRJ. Email: bbissio@gmail.com

liberais, jornalistas, estudantes e militantes de variadas ideologias e origens, provocado pelo ciclo das ditaduras latino-americanas das décadas de 60, 70 e 80 do século passado. Mas também é herdeira da experiência acumulada pelo Movimento dos Países Não Alinhados, que nos anos 70 e muito particularmente a partir dos debates da IV Reunião de Cúpula, realizada em Argel em 1973, lançou duas ideias de enorme impacto e de extraordinário significado: a necessidade de implementar uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII). Iremos nos deter nestas duas propostas um pouco mais adiante, mas assinale-se, por enquanto, que com a primeira iniciativa o Movimento aspirava (talvez ingenuamente, como os fatos posteriores sugerem) a redesenhar a economia mundial, elevando os preços das matérias-primas, das quais no seio dos Não Alinhados figuravam os principais produtores. A meta era estabelecer uma relação mais equitativa com o valor “de mercado” dos produtos industrializados. Na brecha formada pela queda persistente dos preços das *commodities* e a simultânea elevação dos produtos industrializados, cuja fabricação era muito incipiente no Terceiro Mundo, encontrava-se - na análise dos dirigentes dos países periféricos - a explicação de uma das causas do subdesenvolvimento herdado da etapa colonial, recém superada na maioria deles. Portanto, mudar essa equação era uma necessidade *sine qua non* para superar ou ao menos minimizar a dependência das ex metrópoles, ainda muito forte. Com a segunda proposta, de uma Nova Ordem Informativa Internacional, os Países Não Alinhados visavam contribuir ao debate e oferecer alternativas ao progressivo processo de monopolização da mídia internacional. Apesar de esse processo ter se agravado nas primeiras décadas do século 21, nos anos 70 do século passado já era evidente que a grande mídia estava, quase sem exceções, estreitamente ligada ao capital financeiro e era controlada pelos mesmos segmentos de poder dos quais dependiam as economias da maior parte nas nações periféricas. Portanto, democratizar e equilibrar o fluxo informativo também fazia parte das questões tidas como estratégicas para viabilizar o desenvolvimento.

Naqueles anos, na América do Sul, as ditaduras militares de direita tinham colocado na ilegalidade e lotado as prisões com militantes das forças progressistas - políticas, sociais, sindicais -, e desta forma, mesmo que momentaneamente, estava sufocada a resistência popular, armada ou não. No mesmo período, a América Central vivia um dramático processo revolucionário, chamado de “insurgente” nas manchetes dos meios de comunicação regional. Na Nicarágua, a Frente Sandinista enfrentava a longeva ditadura de Somoza a um custo social elevadíssimo, e na Guatemala e em El Salvador a repressão à luta popular contra as respectivas ditaduras – uma resistência apresentada como “guerra civil” pela mídia – mergulhava essas pequenas

nações no período mais violento do século 20, cujo doloroso legado foram duzentos mil mortos, na Guatemala, e oitenta mil mortos e “desaparecidos” em El Salvador.

Nesse contexto dramático foi fundada a revista, em setembro de 1974, em Buenos Aires. A pequena equipe dos fundadores estava constituída pelos jornalistas Pablo Piacentini e Julia Constenla, argentinos, Neiva Moreira, brasileiro, e por mim, então uma jovem exilada uruguaia, que iniciava seus passos na profissão, tendo tido o privilégio de conviver e muito aprender com esses e outros grandes mestres da arte da comunicação.

A Argentina vivia o breve período de governo de María Estela Martínez – “Isabelita - a viúva de Juan Domingo Perón, morto em 1 de julho desse ano. Nomeada por Perón para acompanhá-lo na fórmula presidencial, “Isabelita” não tinha nem experiência nem carisma político e a sua fraqueza permitiu ao então Ministro de Ação Social e secretário privado de Perón, José López Rega, aumentar sua influência direta no governo; aos poucos, não havia decisão que não passasse por seu crivo. O país vivia um clima de confronto permanente entre as forças progressistas, que perdiam poder desde a morte Perón, e as forças mais retrógradas, apoiadas por López Rega, que se organizavam em torno de um núcleo duro militar. O golpe de Estado ainda demoraria pouco mais de um ano para acontecer, mas os grupos paramilitares, particularmente a Aliança Anticomunista Argentina, a “Tríplice A”, já agiam na impunidade. Começava a etapa que ficou depois tristemente conhecida como a dos “desaparecidos” políticos, que também foi de sequestros e assassinatos quase diários de figuras políticas progressistas de destaque, argentinas e estrangeiras, como foi o caso do sequestro e morte dos dirigentes uruguaioi Héctor Gutiérrez Ruiz e Zelmar Michelini e do ex presidente da Bolívia, general Juan José Torres.

A jornalista Julia “Chiquita” Constenla, importante escritora e jornalista argentina, falecida em 2011 aos 83 anos, tinha no seu currículo, entre outros trabalhos, as biografias do romancista e ensaísta Ernesto Sábato, Prêmio Cervantes de Literatura e da mãe de Ernesto “Che” Guevara, de quem acabou tornando-se amiga. Ela era a responsável pela Editora La Línea, fundada por Federico “Fico” Vogelius, e acolheu o projeto da revista *Terceiro Mundo*², acalentado por Neiva Moreira junto com outro grande jornalista argentino, Pablo Piacentini. Nos anos 60, Piacentini tinha sido um dos fundadores da agência de notícias InterPress Service (IPS), junto com o jornalista ítalo-argentino Roberto Savio e tinha sido secretário de imprensa no governo do Presidente

2 A revista foi lançada em Buenos Aires com o nome “Tercer Mundo” (Terceiro Mundo). Foi no México, em 1976, ao ser relançada, que por ter uma outra publicação com o mesmo nome passou a se chamar “Cadernos do Terceiro Mundo”.

Héctor Cámpora (1973), e na altura editava a seção internacional do jornal argentino “Notícias”. Neiva Moreira, exilado pela ditadura brasileira em 1964, quando caçaram os seus direitos já no Ato Institucional Número 1, junto com Leonel Brizola, Miguel Arraes e outros dirigentes, tinha uma longa e reconhecida carreira de jornalista no Brasil, que o catapultara para a vida política. Tinha exercido vários mandatos como deputado estadual e depois como deputado federal, pelo estado do Maranhão, e foi o secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista, na gestão do presidente João Goulart.

O fato de a revista ter sido lançada pela editora La Línea fez com que a equipe de “Tercer Mundo” partilhasse o mesmo “teto”, digamos assim, que Eduardo Galeano, com a sua revista “Crisis”, também editada por La Línea. Galeano era um grande amigo do Neiva, que antes desse período na Argentina tinha vivido nove anos exilado no Uruguai, onde eu eu o conheci. Galeano e Neiva Moreira tinham trabalhado juntos, com outros jornalistas, no semanário “El Oriental” (isso porque o nome oficial do Uruguai é “República Oriental do Uruguai”). Essa publicação, vinculada ao Partido Socialista, alcançou uma importante circulação no Uruguai, antes da ditadura, graças ao empenho de sonhadores e quixotescos militantes que não só nada recebiam pelo trabalho de editar o semanário como financiavam do próprio bolso, em grande medida, essa publicação.

Os encontros com Galeano – e também com Eric Nepomuceno, que era seu colaborador – permitiam uma fecunda troca de pontos de vista a respeito dos difíceis momentos que estavam vivendo nossos países e das perspectivas futuras. Desse convívio também costumava participar o escritor uruguaio Mário Benedetti, exilado como nós, e acolhido por Julia Costenla na mesma editora. Benedetti dirigia a coleção “Esta América”, dedicada a lançar livros de temas latino-americanos. Benedetti e Galeano passaram a ser colaboradores de *Cadernos do Terceiro Mundo*, particularmente Galeano, que mesmo tendo se tornado um escritor reconhecido em todo o mundo, não abandonou completamente o jornalismo.

O lançamento da revista em setembro de 1974 foi um acontecimento político importante em Buenos Aires; a pesar de só terem circulado nove edições antes da total inviabilidade de continuar com o projeto na Argentina, Tercer Mundo alcançou rapidamente um grande sucesso, já que em torno de sua proposta editorial reuniram-se nomes significativos do jornalismo e das forças políticas progressistas argentinas, do resto do continente e do Terceiro Mundo. Essa convergência, num projeto editorial inovador, já ficava explícita nas páginas das primeiras edições, que apresentavam artigos assinados por nomes de destaque, como o dirigente socialista boliviano Marcelo Quiroga Santa Cruz, posteriormente assassinado pela ditadura de García Meza;

do intelectual egípcio Anuar Abdel-Malek, do escritor palestino Ibrahim Abu Lughod, do jornalista afro-francês Jack Bourderie, dos jornalistas brasileiros Josué Guimarães e Paulo Schilling, do economista argentino Carlos Ábalo, do jornalista australiano Wilfed Burchett, o primeiro correspondente estrangeiro a entrar na cidade de Hiroshima após o bombardeio dos Estados Unidos³, por citar somente alguns dos colaboradores da publicação desde a primeira hora.

Mas, como era de se esperar, esse conteúdo chamou a atenção dos setores paramilitares e fascistas argentinos. Em pouco tempo o nome de Pablo Piacentini, que figurava como diretor da revista, passou a constar nas listas de condenados a morte pela Tríplice A. Pouco depois, a sede de *La Línea*, sofreu um atentado que funcionou como uma advertência: a situação estava se tornando insustentável para todos aqueles que procuravam um jornalismo alternativo. Neiva e eu recebemos uma madrugada uma “visita” de três homens encapuçados e fortemente armados que nos deram 24 horas para abandonar o país. Estávamos vivendo os primeiros momentos da longa etapa de perseguições, tortura e morte – um período hoje bastante bem documentado - que acabou levando à saída da Argentina de todos os fundadores da “Tercer Mundo” e à dispersão da equipe editorial inicial.

Quando o general Videla da o golpe de Estado, na Argentina, em 1976, da revista “Cadernos do Terceiro Mundo”, da revista “Crisis” e da Editora “La Línea” nada restava em Buenos Aires. Julia Constenla asilou-se com a família na Itália. Neiva Moreira e eu fomos para o Peru, assim como Pablo Piacentini, Gregório Selser e Horácio Verbitski, os dois últimos também colaboradores da revista e grandes jornalistas. E vários escritores e jornalistas, figuras reconhecidas da esquerda que conosco tinham colaborado, engrossavam as listas dos “desaparecidos”, entre eles Haroldo Conti, Luis Guagnini⁴ e Rodolfo Walsh; muitos outros tinham saído da Argentina e se asilado em diferentes países.

3 Wilfred Burchet chegou sozinho a Hiroshima, em 2 de setembro de 1945, tendo a possibilidade de desmentir a versão oficial e denunciar os efeitos da radiação nuclear resultante da bomba atômica. Quem se interessar pela reportagem de sua autoria pode acessar: http://assets.cambridge.org/9780521718264/excerpt/9780521718264_excerpt.pdf

4 Luis Guagnini foi assassinado em Buenos Aires com 33 anos, depois de ter sido sequestrado com a mulher, liberada dos dias depois, em dezembro de 1977. Aparentemente, ele ficou preso, torturado, por algum tempo. Tudo indica que teria sido um dos presos políticos que, drogados, foram jogados no mar pelos militares argentinos, como denunciou no seu célebre livro “O voo”, Horacio Verbitsky, hoje um dos mais importantes pesquisadores do tema das violações aos direitos humanos durante a ditadura argentina.

Uma nova dispersão da nossa equipe ocorreu depois da queda do governo de Velasco Alvarado, no Peru, em 1976. Novamente com prazo para abandonar o país, agora sob as ordens do general Morales Bermúdez, nós partimos para o México e Pablo Piacentini, para Itália, onde, como já foi referido, já estava “Chiquita” Constenla.

Em 1976, a revista foi relançada no México. Desde então, com altos e baixos e enfrentando diferentes percalços, resistiu até o ano de 2005. No México, ampliou a equipe de colaboradores, a tiragem e a circulação, lançando duas novas edições, a primeira em inglês, em 1977, fundamentalmente para o público dos Estados Unidos – mas também para chegar aos leitores da África, do Oriente Médio e da Ásia, através de assinaturas – e mais tarde, em 1978, a segunda, em português, com sede em Lisboa, para atender preferencialmente o público das jovens nações africanas de língua portuguesa. Esse foi o momento áureo da revista: circulava em três línguas e atingia um público de quatro continentes, América (de norte a sul), Europa, África e Ásia, seja através de distribuição comercial, em bancas e livrarias, seja através de assinaturas (a maior parte do público em língua inglesa).

O legado triste desse período foram os vários colaboradores assassinados em diferentes partes do mundo e aqueles que, na Argentina, passaram a engrossar a lista dos desaparecidos. O nosso colaborador Malcolm Caldwell, jornalista britânico, pesquisador do School of Oriental and African Studies da Universidade de Londres, marxista, autor de numerosa obra sobre as lutas de libertação da Ásia, onde morou por longos anos, foi assassinado em dezembro de 1978 em Phnom Penh, país que visitava com assiduidade desde 1975, quando fez parte do primeiro grupo de jornalistas ocidentais a visitar Camboja, chamada Kampuchea na altura, depois da toma do poder pelo Khmer Vermelho. Na época se disse que o assassinato ocorrera por ordem de Pol Pot, governante do país, pouco depois de ambos terem tido um encontro, em 1978.

O Contexto Internacional

Enquanto na década dos anos 70, a América do Sul mergulhava no período ditatorial mais duro, com a resistência armada e política subjugada, e a América Central vivia o auge da luta armada na Guatemala, Nicarágua e El Salvador, na África e na Ásia faziam-se sentir com força as consequências do chamado “processo de descolonização”, que começara no pós II Guerra e ainda fervilhava. Num cenário de Guerra Fria entre as duas superpotências, os países afro-asiáticos esforçavam-se por estruturar-se como uma força com

personalidade própria, independente dos dois blocos, mesmo quando muitos deles mantinham um relativo alto grau de dependência de uma ou da outra superpotência – no plano econômico ou político, tecnológico, militar, ou em todos eles ao mesmo tempo.

O ponto de partida desse movimento foi a Conferência de Bandung (na Indonésia), realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, com a presença de 23 países asiáticos e seis africanos. Imbuídos do ideal de criar um espaço próprio – seria apropriado chamá-lo de uma comunidade imaginada? - no mundo bipolar da época, os povos representados em Bandung levantavam a bandeira da promoção da coexistência pacífica, rejeitando a participação em qualquer pacto militar. A partir da traumática experiência colonial, eles defendiam, também, a não intervenção e a não interferência nos assuntos internos dos demais países, consagrando os princípios de respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações, com a defesa dos direitos humanos como valor fundamental.

Bandung tinha um antecedente, a Conferência de Colombo, realizada um ano antes, em abril de 1954, com representantes de Indonésia, Birmânia (atual Myanmar), Índia, Paquistão e do país anfitrião, Ceilão, hoje Sri Lanka. Apesar de a Segunda Guerra Mundial ter terminado em 1945, a realidade de grande parte do mundo era de conflito, já que o cenário de pós guerra passou a ser dominado pelas tensões entre as superpotências e pela luta contra o colonialismo. A guerra da Indochina era um dos mais cruentos exemplos dessa angustiante realidade. Enquanto a citada Conferência de Colombo estava reunida, desenrolava-se, no Vietnã, a batalha de Dien Bien Phu, e em Genebra começavam as negociações de paz que conduziram ao armistício de julho desse ano entre a França e a Indochina, medida que viria a adotar como solução militar provisória a demarcação do Paralelo 17, dividindo o Vietnã em dois, o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul, com previsão de realização de eleições em 1956 para definir o destino do país. Na verdade, as propostas de Genebra não eram atingíveis e o conflito derivou na chamada “guerra do Vietnã”, cujo principal protagonista, do lado ocidental, já não foi a França mas os Estados Unidos.

A necessidade de se estabelecer uma frente comum para defender a autodeterminação e a paz – num momento em que, como já citado, além das diferentes batalhas em prol da independência vivia-se o desafio maior da possibilidade de uma guerra nuclear entre as superpotências - levou os participantes da Conferência de Colombo de 1954 a aprovar a proposta de convocar uma reunião ampla, afro-asiática, para o ano seguinte, na cidade indonésia de Bandung. O tom da Conferência de 1955 foi dado logo pelo chefe de Estado anfitrião, presidente Sukarno, da Indonésia, na sua fala durante a sessão de

abertura do evento.

Todos nós, estou certo, estamos unidos por coisas mais importantes do que aquelas que superficialmente nos dividem. Estamos unidos por uma repulsa comum ao colonialismo sob qualquer forma que ele se apresentar. Estamos unidos por uma repulsa comum ao racismo. E estamos unidos por uma determinação comum de preservar e estabilizar a paz no mundo... Falando em termos relativos, todos os que estamos reunidos aqui somos vizinhos. Praticamente todos estamos unidos pela experiência comum do colonialismo. Muitos de nós temos a mesma religião. Muitos de nós temos as mesmas raízes culturais. Muitos de nós, as assim chamadas nações subdesenvolvidas, temos problemas econômicos similares, de modo que cada um pode aproveitar a experiência do outro e ajudar. E, eu penso que devo dizer que todos partilhamos os ideais comuns de independência nacional e liberdade. (Institute of Pacific Relations 1955)

Apesar de Sukarno ter se empenhado em colocar a ênfase nos aspectos que uniam os participantes, naquele cenário dominado pelas divisões político-ideológicas da guerra fria não era tarefa fácil manter uma posição de independência em relação às superpotências. Havia, sem dúvida, entre os presentes um sentimento de rejeição ao colonialismo e, em particular, ao imperialismo. Mas se fosse colocada a questão de definir o que as diferentes delegações entendiam por imperialismo possivelmente teriam ficado em evidência nuances interpretativas, quando não explicações de tudo contraditórias. Por isso é interessante resgatar um dado significativo e pouco lembrado: a razão da escolha do dia 18 de abril para a abertura da Conferência. Coube também a Sukarno, na sua fala inicial, fornecer a explicação:

A luta contra o colonialismo tem sido longa; vocês sabem que hoje é o aniversário de uma data importante dessa história? Pois bem, em 18 de abril de 1775, Paul Revere⁵ deslocou-se à meia-noite através das áreas rurais de Nova Inglaterra para anunciar a aproximação das tropas britânicas e informar sobre o início da guerra de Independência Americana, a primeira das guerras anti-coloniais da história. (Institute of Pacific Relations 1955)

A referência aos Estados Unidos como o primeiro protagonista da

5 Paul Revere é lembrado como um dos protagonistas da guerra de independência dos Estados Unidos. Suas "*corridas noturnas*" são consideradas um símbolo de patriotismo. Essas corridas noturnas começaram em 18 de abril de 1775, quando Revere saiu denunciando a iminente chegada de tropas britânicas, na véspera de batalhas que deram início à guerra de independência. Ele fazia parte de uma rede de inteligência estabelecida em Boston para controlar os movimentos das forças britânicas. Seu gesto foi immortalizado no poema "Paul Revere's Ride", de Henry Wadsworth Longfellow (1860)

luta contra o colonialismo não era aleatória. Fazia-se necessário deixar claro que a posição anti-imperialista dos presentes não os impedia de separar o povo dos Estados Unidos, que tinha escrito uma bela página da história da Humanidade, de um governo que, naquele momento, para muitos deles, representava uma ameaça às suas aspirações de liberdade e autodeterminação. E era, também, uma concessão a pressões de alguns governos, como os das Filipinas, Paquistão e Tailândia, convidados à Conferência, que em setembro de 1954 tinham assinado com os Estados Unidos, França e Grã-Bretanha o acordo que deu origem à Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO, na sigla inglesa).⁶

Por muitos motivos, a Conferência de Bandung é considerada um marco na história das relações internacionais do século 20, mas a posição relevante do evento, propositalmente realizado fora do âmbito geográfico ocidental, deve-se, sem dúvida, ao fato de ele ter consagrado a emergência do Movimento dos Países Não Alinhados e do Terceiro Mundo. Bandung é, sem dúvida, o ponto de partida desse movimento; entre os principais pontos de sua agenda constava a meta de estruturar uma força política do Terceiro Mundo, capaz de promover a cooperação política, econômica e cultural. Essa aliança era vista como estratégica para superar o trágico legado do período colonial que as independências não tinham conseguido deixar para trás, já que através de formas por vezes sutis, perdurava o neocolonialismo.

A convocatória e a própria idealização da Conferência coubera a dois dos mais importantes líderes das nações asiáticas que pouco antes tinham conquistado a independência, Ahmed Sukarno, da Indonésia, e Jawaharlal Nehru, da Índia, com apoio dos dirigentes de Paquistão, Birmânia e Sri Lanka (ex Ceilão), justamente os países que participaram da Conferência de Colombo, um ano antes, e aprovaram a proposta. Além da presença de outros líderes já citados, cabe destacar entre as proeminentes figuras presentes em Bandung a Ho Chi Minh, primeiro ministro do Vietnã, e o representante do Congresso dos EUA, o afro-americano Adam Clayton Powell, de Harlem. A participação de um congressista afro-americano era altamente significativa. Em 1954 tinha sido declarada ilegal pela Suprema Corte dos EUA a segregação escolar, mas a total revogação das chamadas *Leis de Jim Crow* – um conjunto de leis estabelecidas pelos estados sulistas, em vigor desde as últimas décadas do

6 A SEATO fazia parte da Doutrina Truman que visava assinar tratados de defesa coletiva com países aliados para criar uma espécie de “cinturão protetor” dos interesses norte-americanos diante da “ameaça comunista”. Fundada inicialmente em setembro de 1954, em Manila, a SEATO passou a ter existência formal em 19 de fevereiro de 1955, após reunião realizada em Bangkok, Tailândia, onde também passou a funcionar a sede da instituição. A SEATO foi dissolvida em 1977, depois que a maioria dos membros perderam interesse em continuar a participar do tratado.

século 19, que exigiam instalações separadas para brancos e negros nos locais públicos, incluindo o transporte - ainda estava longe de ser uma realidade para os afrodescendentes dos Estados Unidos. Esse conjunto de leis só viria a ser completamente revogado em 1964, após um longo e doloroso processo de lutas sociais.

Princípios para a Defesa da Paz

A Declaração Final de Bandung, obtida através de consenso, fazia um chamado às superpotências a suspender os testes nucleares e definia os chamados “Dez princípios em prol da paz”, que nortearam toda a atuação posterior dessas nações e foram incorporados pelo Movimento Não Alinhado. Eles estavam alicerçados nos “Cinco princípios da Coexistência Pacífica” definidos na declaração assinada em 1954 pela Índia e pela China, com a presença de Myanmar, para superar o seu contencioso, e colocavam a ênfase na defesa da soberania, na não agressão e não interferência em assuntos internos de outros países e na defesa da paz.

Eis os Dez Princípios de Bandung:

Quadro 1: Os Dez Princípios da Coexistência de Bandung

1. Respeito aos direitos humanos fundamentais, de acordo com os fins e princípios da Carta das Nações Unidas;
2. Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e a igualdade de todas as nações, grandes e pequenas;
4. Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos outros países;
5. Respeito ao direito de cada nação de defender-se individual e coletivamente conforme a Carta das Nações Unidas;
6. Rejeição do recurso aos acordos de defesa coletiva destinados a servir os interesses particulares das Grandes Potências, sejam quais sejam elas;
7. Abstenção de atos ou de ameaças de agressão ou do emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país;
8. Solução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como a negociação ou a conciliação, a arbitragem, ou o recurso perante os tribunais, assim como outros meios pacíficos que possam adotar os países interessados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas;

Fonte: Guitard 1962.

Quadro 1: Os Dez Princípios da Coexistência de Bandung

9. Fomento dos interesses mútuos e da cooperação;
10. Respeito da justiça e das obrigações internacionais.

Fonte: Guitard 1962.

Esses *Dez Princípios* e o conteúdo geral do Comunicado Final não só esboçavam um plano de ação diplomática como deixavam clara a vontade dos países afro-asiáticos de fazer ouvir a sua voz pronunciando-se nitidamente em favor da negociação e da saída diplomática para os conflitos e na condenação *a priori* do uso da força pelas potências que sempre tiveram tradição intervencionista. O líder e poeta senegalês, Léopold Senghor, um dos impulsionadores da “negritude” e lutador pela independência do continente africano, definiu assim o evento: “Bandung foi a expressão, a escala do planeta, da tomada de consciência dos povos de cor da sua eminente dignidade. Era a morte do complexo de inferioridade”. (Guitard 1962)

Além do passo importante na direção de uma agenda própria, a principal conquista política da Conferência de Bandung foi o fato de apresentar uma nova forma de compreensão do momento histórico e da geopolítica, rejeitando a divisão de cunho ideológico entre Leste e Oeste e apresentando, como alternativa, o conceito da brecha Norte-Sul. Ou seja, a divisão do mundo que importava ressaltar era aquela que separava os países ricos e industrializados dos países pobres, subdesenvolvidos, exportadores de *commodities*.

Surge o Movimento Não Alinhado

Dois importantes líderes dos jovens Estados da Ásia e da África, Gamal Abdel Nasser, do Egito, e Jawaharlal Nehru, da Índia, inspirados na experiência de Bandung, decidiram dar sequência às determinações da conferência e iniciaram uma série de articulações e negociações. A eles se unira um terceiro líder, que apesar de pertencer ao continente europeu, estava identificado com todos os postulados levantados em Bandung: Josip Broz Tito, da Iugoslávia. Em 1956, reunidos em Brione (Suíça), Nasser, Nehru e Tito emitiram um pedido formal às superpotências para por fim à guerra fria e dar início à distensão e consolidaram os princípios que conduziram à formação de um movimento cujo ambicioso objetivo central era a adoção de uma posição de independência em relação aos dois blocos, capitalista e socialista.

Nos anos seguintes, mudanças significativas viriam a ocorrer, a partir

dos avanços no processo de libertação. Em 1960, dezessete países da Ásia e da África que tinham conquistado a independência foram admitidos como membros plenos da ONU durante a realização da XV Assembleia Geral da organização. Surgia uma nova correlação de forças no seio do mais importante organismo mundial, alterando qualitativamente o cenário, em favor dos países subdesenvolvidos. O seguinte passo foi a convocatória para a Conferência de Cúpula de chefes de Estado realizada na cidade de Belgrado (Iugoslávia), de 1 a 6 de setembro de 1961. Seis anos depois da Conferência de Bandung, essa reunião viria a lançar formalmente os alicerces do Movimento Não Alinhado, que nascia com uma representatividade ampla, já que novos países tinham conquistado a independência no período. Estiveram representados em Belgrado 28 países, dos quais 25 eram membros plenos e três tinham estatuto de observadores; entre os membros plenos só havia um país latino-americano, Cuba, cuja revolução triunfara dois anos antes. A autodeterminação dos povos, a rejeição aos pactos militares multilaterais, a condenação ao *apartheid*, a luta contra o imperialismo em todas suas manifestações, a não intervenção nos assuntos internos dos Estados, o fortalecimento da ONU, foram temas estratégicos na atuação do Movimento Não Alinhado desde a sua fundação em Belgrado.

Em maio de 1963, o avanço das lutas de libertação permitiu que 31 países do continente africano se unissem para fundar a Organização da Unidade Africana (OUA), que passou a brindar a forte apoio ao não alinhamento. A II Conferência de Cúpula dos Não Alinhados foi realizada no Cairo, de 5 a 10 de Outubro de 1964, num momento em que o movimento já contava com 47 membros plenos, dez observadores e 30 representantes de movimentos de libertação. A declaração final insistiu na necessidade de assegurar “*a paz e a colaboração internacionais*”, reiterando o apoio à luta contra o colonialismo, o racismo e o *apartheid*. Nos anos seguintes, o Movimento Não Alinhado foi submetido a duras provas. As tensões entre as superpotências expressavam-se, quase exclusivamente, em conflitos nos países da periferia, a maioria deles, membros do Movimento Não Alinhado. Isso tinha um motivo: se houvesse um confronto direto entre Estados Unidos e a União Soviética, o mundo ficaria à beira de uma conflagração nuclear. Daí o esforço para evitar esse cenário. Hoje é reconhecido o fato de que, ao contrário do que foi afirmado por muitos pesquisadores durante décadas, a Guerra Fria foi travada, prioritariamente, não em solo europeu, mas no Terceiro Mundo.

A guerra de Vietnã e as várias guerras árabe-israelenses são exemplos representativos desse cenário, assim como também podem ser contabilizadas entre as suas consequências a sangrenta derrocada de Sukarno, na Indonésia, pelo general Suharto, que custou a vida de quase um milhão de pessoas,

e o golpe de estado no Irã que colocou no poder, com apoio da CIA, o xá Muhammad Reza Pahlavi, depois da destituição do primeiro ministro nacionalista Muhammad Mossadegh, que ousara nacionalizar o petróleo. Na América Latina também foram derrocados numerosos governos progressistas – a nômima é ampla e inclui desde Jacobo Árbenz, na Guatemala, que enfrentou a United Fruit e foi derrocado em 1954, a João Goulart, no Brasil, em 1964, e Salvador Allende, em 1973 – com a justificativa da luta contra o comunismo.

Na reunião do Cairo em 1964, foram definidas recomendações econômicas, aconselhando os estados membros a procurar caminhos próprios para o desenvolvimento. Já se falava nos documentos da necessidade de uma mudança na economia mundial para se atingir o que começou a ser chamado de “uma nova e justa ordem econômica”.

As circunstâncias no Oriente Médio, com a Guerra dos Seis Dias, de 1967, e a crise na Indochina, entre outros motivos, fizeram com que entre a Conferência de Cúpula do Cairo e a seguinte se passassem seis anos. (As reuniões do Movimento de nível de chefes de Estado costumam ser realizadas, até hoje, de três em três anos). Nesse intervalo houve três reuniões, uma em outubro de 1966, em Nova Délhi, Índia, entre os presidentes da República Árabe Unida, Gamal Abdel Nasser, da Iugoslávia, Josip Broz Tito, e a primeira ministra da Índia, Indira Gandhi, chamada por isso de “Conferência Tripartite”. A outra foi realizada em Belgrado, de 8 a 12 de julho de 1969, com caráter consultivo. Participaram representantes dos governos dos Países Não Alinhados, na altura, 44 países membros e sete observadores. Nela não só foram reafirmados os princípios do não alinhamento como exigiu-se a retirada de todas as forças estrangeiras do Vietnã, formulou-se um apoio explícito “ao povo árabe da Palestina” e exigiu-se a “retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados depois da guerra de junho de 1967”. Também foi defendido o direito da República Popular China a ingressar na ONU. No plano econômico, houve uma referência clara à necessidade de se adotarem medidas “que possibilitem um maior acesso dos países desenvolvidos aos mercados e ao financiamento ao desenvolvimento”.

A Terceira Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados reuniu-se em Lusaka, Zâmbia, de 8 a 10 de setembro de 1970, com participação de 54 membros plenos. No fim do evento foi aprovada a “Declaração de Lusaka sobre Paz, Independência, Desenvolvimento, Cooperação e Democratização das Relações Internacionais”. Esse documento e também a “Declaração de Lusaka sobre Não Alinhamento e Progresso Econômico” mostravam que os temas econômicos tinham recebido um tratamento prioritário nos debates, fato que diferenciava esse encontro dos anteriores. A partir de Lusaka, os debates do Movimento Não Alinhado terão sempre dois focos: um político e outro

econômico. Na declaração que aborda os temas econômicos, se afirma que “a brecha entre os países pobres e os países desenvolvidos tem se aprofundado” e que “devem ser intensificados os esforços para concretizar urgentemente mudanças estruturais na economia mundial”. Amadurecidos por uma experiência de mais de uma década transcorrida desde Bandung, os chefes de Estado começavam a mostrar a sua compreensão da importância dos fatores econômicos para se atingir os objetivos traçados pelos Não Alinhados.

A IV Conferência de Cúpula do movimento, realizada entre 5 e 9 de setembro de 1973, em Argel, é considerada uma das mais importantes. Os motivos são vários, entre eles, o grande comparecimento: 75 países membros de pleno direito; da América Latina, a Argentina e o Peru participavam pela primeira vez e o Chile socialista liderado por Salvador Allende, que seria derrocado dois dias depois do término da Conferência, também esteve representado. Estavam presentes, ainda, oito países observadores, três convidados, Áustria, Finlândia e Suécia, e doze movimentos de libertação. Entre estes últimos cabe destacar a presença do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), do Partido Africano pela Libertação da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), da Organização Popular da África Sul Ocidental (SWAPO, da Namíbia) e da Organização pela Libertação da Palestina (OLP).

Mas, como já vimos, a Conferência de Argel também foi importante pelos temas tratados. A declaração final aponta para uma deterioração, desde 1970, da situação internacional, caracterizada por “tensões nas áreas periféricas, em função da deterioração das condições econômicas nos países subdesenvolvidos”. Aliás, nessa IV Conferência houve uma aproximação explícita entre as posições tradicionais do Não Alinhamento e as do campo socialista; Cuba teve um papel de destaque nas articulações que levaram o Movimento a adotar uma postura mais aberta em relação ao bloque socialista. De fato, Fidel Castro, no seu discurso, defendeu essa posição, recolhida no “Programa de Ação para a Cooperação Econômica”, um dos documentos aprovados em Argel. “Os Países Não Alinhados impulsionarão a cooperação científica e técnica com os países socialistas, em particular mediante a assinatura de convênios intergovernamentais, e através da criação, se necessário, de organismos mistos”, afirma esse programa de ação.

O documento aprovado na IV Conferência de Cúpula se debruça, principalmente, na análise do cenário internacional. Entre “as principais causas da desigualdade, que aumenta de forma permanente e aflige o mundo subdesenvolvido”, a declaração cita “vários métodos de dominação econômica e de exploração neocolonial”. E responsabiliza as velhas potências coloniais pela desigualdade, já que (elas) “continuam no controle dos recursos natu-

rais, apesar do sucesso alcançado no terreno da independência e da soberania política”. O documento também denuncia “as transnacionais e a sua função monopolista nos planos comercial, financeiro e industrial”. O cenário exige, afirmam os Não Alinhados, a elaboração de políticas que conduzam ao “estabelecimento de um novo tipo de relações econômicas internacionais”.

As definições adotadas em Argel, ratificadas e ampliadas em Colombo, capital de Sri Lanka, onde foi realizada, em 1976, a V Conferência dos Não Alinhados, mostram que nos anos setenta, no auge de sua atuação, o movimento passou a definir estratégias de luta no terreno da economia, com a bandeira da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e no plano das comunicações, também com uma meta audaciosa: a implantação de uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII). Essas propostas eram fruto de estudos realizados em diferentes espaços e com variadas metodologias, que confirmavam um diagnóstico dramático: a superação do subdesenvolvimento não seria possível sem a implementação de mudanças profundas nas regras de jogo da economia internacional e nos fluxos informativos. Enquanto os preços das matérias-primas, principal fonte de divisas da maioria dos membros dos Não Alinhados, estiverem depreciados e os produtos manufaturados, pelo contrário, atingissem preços cada vez mais elevados, as desigualdades no desenvolvimento entre os países centrais e a periferia tenderiam a se aprofundar. Por outro lado, a concentração dos grandes meios de comunicação e as desigualdades sociais e tecnológicas entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido exigiam uma mudança no sistema informativo. Isto é, se se mantivesse o desequilíbrio em relação à produção e circulação de informação no mundo, com absoluta predominância do controle pelos países centrais, e se a informação continuasse a ser tratada como uma mercadoria, sem reconhecer o seu papel estratégico nas relações internacionais, permaneceriam, sob novas roupagens, as formas tradicionais de dominação colonial.

A proposta da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) também chamada Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), e aquela que é o seu complemento indispensável, a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), causaram grande impacto na agenda internacional. Parte desse impacto pode ser avaliado pelo fato de a Nova Ordem Informativa Internacional ter sido incorporada, em 1978, aos programas da UNESCO (sigla inglesa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e incluída na pauta da Assembleia Geral da ONU. (Matterlart 2001).

Esse primeiro passo da UNESCO foi complementado, posteriormente, com a designação de uma Comissão Internacional para Estudos dos Problemas da Comunicação, presidida pelo irlandês Sean MacBride, fundador da Anistia Internacional, prêmio Nobel e prêmio Lênin da Paz. Essa Comissão

estava formada por 16 integrantes, de todos os continentes, mas com uma expressiva maioria de representantes do Terceiro Mundo. Entre eles havia dois latino-americanos, o escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez e o diplomata chileno Juan Somavia. O resultado do árduo trabalho da Comissão foi um documento intitulado “Um Mundo e Muitas Vozes”, mais conhecido como Relatório MacBride, publicado pela UNESCO em 1980.⁷ Por primeira vez uma agência da ONU reconhecia a existência de desequilíbrios nos fluxos informativos e elaborava um documento com propostas para a democratização no terreno da informação. De forma correta, o documento colocava o fato de a geração e a distribuição da informação que circula no mundo estar concentrada em quatro agências de notícias como a principal razão da existência de desequilíbrios na comunicação entre os países centrais e os países periféricos. Dessas agências, duas são europeias, a francesa France Presse (AFP) e a britânica Reuters (hoje Thompson-Reuters), e duas são norte-americanas, a Associated Press (AP) e a United Press International (UPI).

Demais está dizer que a ousadia de colocar as agências transnacionais de notícias, estreitamente vinculadas aos grandes capitais financeiros, como “vilãs” suscitou fortes ataques de parte da mídia dos países capitalistas ocidentais. Desses ataques se fizeram eco muitos dos mais importantes jornais comerciais dos países do Terceiro Mundo. O diagnóstico e as propostas apresentados pela Comissão MacBride foram acusados de tendenciosos e de “ameaças” à liberdade de imprensa e ao livre fluxo informativo. (Mattelart 2001).

O Relatório MacBride definiu onze princípios para a consolidação de uma Nova Ordem Informativa Internacional, a começar pelo fim dos desequilíbrios e desigualdades que caracterizam a situação vigente. Para se obter essa meta, a comissão de especialistas propunha a eliminação dos efeitos negativos de determinados monopólios, públicos ou privados, e da excessiva concentração de poder; definia também, a necessidade da remoção dos obstáculos internos e externos para o livre fluxo e a mais ampla e equilibrada disseminação das informações e ideias, e o respeito à pluralidade de fontes e canais de informação; defendia a liberdade de imprensa e de informação e a liberdade para os jornalistas e para todos os profissionais dos meios de comunicação, mas fazia uma ressalva: “a liberdade é inseparável da responsabilidade”. A comissão propunha, ainda, a preparação dos países em desenvolvimento para que pudessem melhorar a informação em suas próprias nações, “sobretudo no que diz respeito à aquisição de equipamentos próprios” e capacitação de pessoal, com recuperação da infraestrutura, “além de tornarem os meios de

7 Existe uma versão em português: UNESCO. Um mundo de muitas vozes (Relatório MacBride). Rio de Janeiro: FGV, 1983.

informação e de comunicação sintonizados com suas próprias aspirações e necessidades”. Exaltava a necessidade de um compromisso sincero dos países desenvolvidos para ajudar os demais a alcançar esses objetivos; o respeito à identidade cultural de cada povo e ao direito de cada nação para informar o público internacional sobre seus interesses, aspirações e respectivos valores sociais e culturais; e, finalmente, defendia o “respeito aos direitos de todos os povos para participar de intercâmbios de informação, baseando-se na igualdade, justiça, benefícios mútuos e respeito aos direitos da coletividade, assim como dos grupos étnicos e sociais, para que possam ter acesso às fontes de informação e participar ativamente dos fluxos de comunicação”.

Lembremos que no final dos anos 70 e início dos 80 os dois países que ditavam as regras do capitalismo mundial eram os Estados Unidos, governado por Ronald Reagan, e a Grã-Bretanha, sob a liderança de Margaret Thatcher, dois dirigentes ligados estreitamente à imposição do modelo neoliberal. Com a alegação de que a UNESCO estava “excessivamente politizada”, esses dois países decidiram sair da agência da ONU e, ao fazê-lo, deixaram de realizar os seus aportes, provocando uma queda de 30% do orçamento. Sem apoio de dois dos mais importantes financiadores, essa agência não conseguiu implementar as resoluções da Comissão presidida por Sean MacBride, e em função da penúria econômica, entrou em um longo período de ostracismo.

Passados mais de 30 anos do diagnóstico realizado pela Comissão de especialistas, muitas das suas formulações continuam vigentes. Muitos especialistas consideram que as modernas tecnologias da comunicação abrem a possibilidade de reavaliar e atualizar o documento elaborado pela Comissão MacBride. (Masmoudi 2005). A última reunião de Cúpula dos Países Não Alinhados, realizada em Teerã, em agosto de 2012, retomou o tema das comunicações e definiu o propósito de revigorar a agência de notícias do Movimento dos Países Não Alinhados⁸.

A correlação de forças naquele momento histórico não favorecia esse tipo de alternativa e, em grande medida, os objetivos dos Não Alinhados se viram frustrados ou foram sendo progressivamente abandonados, com a consequente perda de protagonismo e de peso político do Movimento no cenário internacional.

8 O Movimento Não Alinhado é atualmente a segunda maior organização internacional do mundo, depois das Nações Unidas. Com 120 membros plenos e 17 membros observadores, inclui a maior parte dos países e governos do mundo. Cerca de dois terços dos estados-membros da ONU são membros plenos do MNA. A União Africana, a Organização de Solidariedade do Povo Afro-Asiático, a Commonwealth de Nações, o Movimento Independentista Nacional Hostosiano, a Frente de Libertação Socialista Nacional Kanak, a Liga Árabe, a Organização de Cooperação Islâmica, o South Center, as Nações Unidas e o Conselho Mundial da Paz também são observadores.

Um Grão de Areia Faz Diferença no Deserto

Vimos já que o lançamento, em 1974, em Buenos Aires, da revista “Cadernos do Terceiro Mundo”, esteve inserido na multiplicidade de iniciativas que foram levadas adiante, em diferentes partes do mundo, para contribuir ao desafio lançado em Argel pelo Movimento Não Alinhado de democratizar os fluxos informativos. Mas, o que podia fazer diante do poder dos grandes conglomerados de mídia uma revista, lançada por jornalistas independentes, sem uma grande estrutura nem importantes capitais por trás? Pode parecer empreendimento quixotesco... e o era! Mas, o projeto estava aliçado na convicção do grupo fundador e de numerosos colaboradores que a ele somaram-se ao longo dos anos, de que um grão de areia faz diferença no deserto... A iniciativa podia e devia servir de exemplo para incentivar outras, múltiplas, que juntas, tronar-se-iam uma mudança significativa no panorama informativo.

Presente em Argel, onde fez a cobertura da IV Conferência dos Não Alinhados, o jornalista Neiva Moreira tinha voltado para América Latina convencido da importância de dar a conhecer à opinião pública latino-americana, tão alheia a esses temas, o debate suscitado no evento e todas as suas implicações. Em Argel, ele tinha estabelecido importantes contatos com os movimentos de libertação africanos, com lideranças dos países independentes da Ásia e da África, com jornalistas e comunicadores de todo o Terceiro Mundo, lá presentes, e com eles já comentara que regressaria com a “missão” de reunir um grupo de jornalistas latino-americanos que aceitassem o desafio de lançar uma publicação inteiramente dedicada à temática internacional, com foco no Terceiro Mundo. E foi isso o que ele propôs a vários colegas: a fundação de uma revista que tratasse dos temas discutidos desde Bandung e que informasse sobre os principais eventos do terceiro Mundo a partir dos próprios protagonistas. Teve a sorte de encontrar em Pablo Piacentini um colega que já tinha, inclusive, dado um passo nesse sentido, ao fundar a agência InterPress Service, e com uma colega como Julia Constenla, que a partir de sua Editora já trabalhava com metas muito afinadas a essa, com Eduardo Galeano e Mário Benedetti. O resultado foi essa publicação, pioneira no nosso continente, que circulou de 1974 a 2006, com edições em espanhol, português e inglês.

A história da revista **Cadernos do Terceiro Mundo** mostra o quanto ela esteve intimamente ligada ao debate suscitado pelo Movimento Não Alinhado em torno do tema dos fluxos informativos. A grande rede que ela conseguiu reunir, de jornalistas, comunicadores, pensadores, militantes, líderes políticos, sindicais, educadores, estudantes, diplomatas, permitiu que ela se mantivesse, na contracorrente, durante mais de três décadas. Os desafios foram

muitos e por vezes parecia impossível superá-los, como demonstra o fato de ela ter sido fundada e refundada em várias partes do mundo. Mas, através de suas páginas formaram-se muitas gerações, principalmente de latino-americanos, mas também de africanos, fundamentalmente dos países de língua portuguesa, e até mesmo europeus e estadunidenses, cujas universidades foram assíduas compradoras e assinantes da publicação.

Por ter estado presente em locais tão distantes entre si, com a mesma mensagem editorial, ela transformou-se num verdadeiro instrumento da comunicação Sul-Sul, em um momento em que não existiam as tecnologias que hoje encurtam as distâncias no espaço e no tempo.

As dificuldades se traduziam tanto na hora de produzir as reportagens exclusivas, que foram a marca registrada da publicação, quanto na hora de distribuí-la, para colocá-la ao alcance dos leitores. Mesmo assim, as páginas de Cadernos do Terceiro Mundo retrataram a guerra de libertação de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e colocaram em destaque as entrevistas de seus líderes. Mostraram as consequências da longa guerra de Vietnã, que se irradiou para toda a Indochina; retrataram a luta do povo palestino para conquistar o seu Estado e com ele, reconquistar a sua dignidade; matérias especiais foram dedicadas à luta do povo saharai, à luta contra o *apartheid*, na África do Sul, à luta de libertação na Namíbia, no Zimbábue, à resistência à ditadura de Mobutu, ao tema do petróleo; os repórteres e enviados especiais cobriram a guerra do Líbano, a guerra do Golfo, todas as reuniões de cúpula do Movimento Não Alinhado; foi exaustiva a cobertura da resistência dos povos da América do Sul contra as ditaduras, da luta dos nicaraguenses contra Somoza, da Revolução Cubana. As mais variadas questões foram analisadas por especialistas, entre elas o tema da dívida externa, por exemplo, da reforma agrária, muitas delas levantadas de forma pioneira pela equipe editorial, como aconteceu com a agenda ambiental, o tema dos transgênicos, a luta pelo respeito à pluralidade sexual, o tema do direito das comunidades indígenas às suas terras e em favor da preservação cultural de todos os povos aborígenes, etc.

Além disso, a publicação foi uma espécie de escola informal de comunicação, pois na sede do Brasil recebeu estagiários de vários países do Terceiro Mundo, principalmente dos países lusófonos, que passavam no Rio de Janeiro algumas semanas – ou até alguns meses - aprimorando os seus conhecimentos e a prática de um jornalismo investigativo, sempre apoiado em pesquisas e em bibliografia adequada. Os membros da equipe editorial também eram permanentemente convidados para palestras, seminários, cursos de reciclagem de jornalistas em vários países.

A Fase Final

O neoliberalismo que tomou conta dos nossos países no final do século 20, transformando a economia e as relações políticas a um elevado custo social, afetou profundamente o mercado editorial latino-americano e Cadernos do Terceiro Mundo não foi exceção. A crise que acabou por forçar o seu fechamento instalou-se no fim dos anos 90 e em 2006 a revista foi forçada a deixar de circular por absoluta inviabilidade financeira. Nos anos anteriores tinha havido um grande aumento nos custos de produção e os esforços por manter a publicação circulando foram traduzindo-se em dívidas crescentes.

O fôlego para continuar por algum tempo veio da muito fiel legião de assinantes – muitos dos quais até hoje referem-se com carinho à importância que “Cadernos do Terceiro Mundo” teve na sua formação – e a convênios assinados com as secretarias de Educação dos Estados do Rio de Janeiro, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Essas assinaturas eram destinadas às escolas públicas e às bibliotecas estaduais e municipais. A revista foi sempre muito apreciada pelos professores para o trabalho em sala de aula. Essas assinaturas constituíram um considerável apoio financeiro, pois cada professor era também um divulgador, e isto gerou um movimento interessante, que engrossou o número de novos assinantes, como foi o caso de muitos pais que acompanhavam o trabalho dos filhos, com a revista, nas escolas públicas.

Com altos e baixos, perdendo a periodicidade, cortando despesas, foi possível continuar por um tempo. Mas, sob os aires neoliberais, a revista era vista por muitos como um “dinossauro”, ancorado em bandeiras ultrapassadas, como ultrapassado estaria o próprio Terceiro Mundo. A defesa do papel do Estado, por exemplo, era totalmente incompatível com as novas posições políticas e com os postulados econômicos dos que teriam tido o poder de mudar a nossa situação. A cada nova edição, como bola de neve, as dívidas aumentavam; a situação foi ficando insustentável.

Para resistir mesmo diante dos desafios do momento teria sido necessário contar com publicidade, algo que nunca foi fácil para uma publicação como Cadernos do Terceiro Mundo. Somente a receita das assinaturas, apesar de muito numerosas, não permitia equilibrar as finanças. Porém, nessa altura, ninguém se dispôs a ajudar com publicidade, nem as empresas oficiais, nem as empresas privadas, nem o governo. Resulta no mínimo curioso que uma experiência editorial que tinha resistido durante todo o ciclo das ditaduras latino-americanas, chegasse ao fim no momento em que o Brasil, país no qual tinha a sua sede desde o ano de 1980, estava sendo governado por um partido de plataforma progressista, o PT, e cujo Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, homem de origem humilde, tinha forjado a sua liderança ao calor

das lutas sindicais. Um tema para refletir, sem dúvida!

Atualmente, a crescente concentração da mídia em grandes conglomerados vinculados ao mundo das finanças, a nível nacional e internacional, torna-se um desafio tão ou mais importante do que nas décadas em que o Movimento dos Países Não Alinhados levantou a bandeira da Nova Ordem Informativa Internacional. Os povos da América do Sul, que no começo do século 21, através das urnas, mostraram a sua vontade de promover uma renovação na vida política e social, hoje constataam as enormes dificuldades de aprofundar esse processo sem contar com meios de comunicação democráticos e plurais, comprometidos com os processos de mudança.

REFERÊNCIAS

- Amorim, Celso. 2013. *Breves Narrativas Diplomáticas*. São Paulo: Benvirá.
- Castells, M. 2004. "Internet, Sociedade e Rede." In *Por uma Outra Comunicação*, organizado por Dênis de Moraes. Rio de Janeiro: Record.
- Guimarães, Samuel Pinheiro. 2002. *Quinhentos anos de Periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Guitard, Odette. 1962. *Bandung y el despertar de los pueblos coloniales*. Buenos Aires: EDUDEBA.
- Hobsbawm, Eric. 1995. *A era dos Extremos. O Breve Século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Institute of Pacific Relations. 1955. *Selected Documents of the Bandung Conference*. New York.
- Lee, Cristopher J. 2011. *Making a World After Empire. The Bandung Movement and its Political Alternatives*. Athens: Ohio University Press.
- Martínez Carreras, J.U. 1987. *Historia de la descolonización 1919-1986. Las independencias de Asia y África*. Madrid: Editoriales Istmo.
- Masmoudi, Mustapha. 2005. "Rehabilitación de la Comisión MacBride: 25 años después." *XXV Aniversario del Informe MacBride: Comunicación internacional y políticas de Comunicación. Cuadernos del CAC 21*. http://www.portalcomunicacion.com/informe_macbride/esp/articles_det.asp?id_content=1&id_article=3
- Mattelart, Armand. 2001. *Comunicação-Mundo. História das ideias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2005. "Una nueva lectura del Informe MacBride." *XXV Aniversario del Informe MacBride: Comunicación Internacional y Políticas de Co-*

- municación. Cuadernos del CAC* 21. http://www.portalcomunicacion.com/informe_macbride/esp/articles_m_det.asp?id_content=27&id_article=15
- _____. 2006. “Mundialização, Cultura e Diversidade.” *Revista Famecos* 31.
- Melo, José Marques. 2005. “A participação latino-americana nas teses sobre a democratização da comunicação: revisitando MacBride e a NOMIC.” *Eptic* VII (6).
- _____. 2008. “MacBride, a NOMIC e a Participação Latino-Americana na Concepção de Teses sobre a Democratização da Comunicação.” *Logos* 28: *Globalização e Comunicação Internacional*.
- Mesa, Roberto. 1993. “La Conferencia de Bandung.” *Cuadernos del Mundo Actual* 26.
- Poerner, Arthur José. 1985. “A ONU Chega à Idade da Razão.” *Cadernos do Terceiro Mundo* 8 (83).
- Remo, Roberto. 1984. “Acender uma Vela.” *Cadernos do Terceiro Mundo* 7 (70).
- See, Seng Tang. 2008. *Bandung Revisited: The Legacy of the 1955 Asia-african Conference for International Order*. Acharya.
- UNESCO. 1983. *Um Mundo de Muitas Vozes (Relatório MacBride)*. Rio de Janeiro: FGV.

RESUMO

O artigo retrata a história da revista Cadernos do Terceiro Mundo desde sua ascensão até o momento de encerramento, analisando o período histórico, o movimento dos Não Alinhados e sua proposta de Nova Ordem Econômica Internacional e de Nova Ordem Informativa Internacional, bem como as condições políticas que causaram a extinção da revista.

PALAVRAS-CHAVE

Mídia; Diálogo Sul-Sul; Movimento Não Alinhado; Comunicação.

Recebido em 10 de novembro de 2015.

Aprovado em 03 de fevereiro de 2016.